

Solução das pendências da Petros ou MOBILIZAÇÃO!

ACT prossegue somente se a Petrobrás assumir suas responsabilidades na Petros

Ao encerrar na terça-feira (20) a defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores do Sistema Petrobrás, a FUP deixou claro que as etapas seguintes do processo de negociação do ACT 2004/2005 dependerão da disposição da companhia em resolver as pendências da Petros.

A Federação frisou que as questões previdenciárias são prioridade da categoria, que responderá com mobilização se não houver empenho da empresa neste sentido. A Petrobrás propôs uma negociação específica para Petros, cuja primeira reunião será nesta sexta-feira (23).

A direção da FUP está discutindo um calendário de mobilização e já alertou à companhia que é fundamental resolver de fato os problemas do Plano Petros e a situação dos trabalhadores sem previdência complementar para que as negociações do ACT evoluam.

Defesa da pauta - A primeira rodada de negociação, ocorrida nos dias 15, 16, 19 e 20, foi marcada essencialmente pela defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores. A FUP cobrou uma contraproposta da Petrobrás que contemple os principais

pleitos da categoria, frisando que as conquistas acordadas em mesa devem ser garantidas aos petroleiros próprios e terceirizados, assim como aos aposentados e pensionistas.

A Federação ressaltou que a reposição integral pelo ICV/Dieese, conquistada da categoria nos últimos anos, deve ser consolidada nesta campanha, assim como o aumento real de salário. Os petroleiros também cobraram reposição das perdas acumuladas entre setembro de 1994 e agosto de 2004, destacando que a Petrobrás investe na folha de pagamento menos de 5% do valor agregado pela companhia. Uma política de RH equivocada, que depõe contra a imagem da maior e mais lucrativa empresa brasileira, responsável por 10% do PIB do país.

RH Corporativo - O desrespeito da Petrobrás ao que está pactuado nos acordos de trabalho foi bastante criticado pelos dirigentes sindicais. É o que tem acontecido em relação às jornadas e regimes de trabalho, como, o sobre-aviso e o Regime Especial de Campo.

Outro exemplo é a vergonhosa situação da lavagem de uniformes dos trabalhadores da Petrobrás Transpor-

te que, apesar de garantida no ACT, até hoje não é cumprida pela empresa. A FUP cobrou do RH Corporativo uma política unificada e integrada em todas as unidades da empresa, para evitar tratamentos diferenciados às questões acordadas com os trabalhadores.

SMS - A Federação exigiu uma nova política de segurança, criticando veementemente a subnotificação de acidentes. Os trabalhadores foram incisivos quanto à necessidade de avanços na área de SMS, criticando o enfoque comportamental que ainda norteia os programas da companhia.

Administrativo - A FUP reforçou a necessidade de recomposição dos efetivos nas unidades administrativas e a redução da jornada de trabalho de 40 para 35 horas semanais. Outra reivindicação destacada pela Federação foi a incorporação dos 30% da periculosidade (VP) à tabela salarial, com manutenção do adicional nas áreas pertinentes.

Entre as demais bandeiras de luta destacadas pela FUP e sindicatos na apresentação e defesa da pauta de reivindicação dos trabalhadores estão: Acordo de trabalho com validade de dois anos para as cláusulas sociais; Piso único (nível 220) para todos os trabalhadores, diretos e indiretos; Organização por Local de Trabalho; Aposentadoria especial; Primeirização das atividades permanentes; Indenização dos dias parados nas greves de 94 e 95; Admissão dos anistiados da Interbrás e Petromisa; Anistia para os trabalhadores da Petroflex e Nitroflex; Reincorporação dos petroleiros sucedidos para a REFAP; Eleição direta para representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás; Participação majoritária dos trabalhadores nos conselhos e diretoria da Petros.

Plano de Cargos: Avanço de nível automático já!

A FUP cobrou na mesa de negociação com a Petrobrás que a companhia garanta avanço automático de nível para todos os trabalhadores, enquanto o novo plano de cargos e salários é finalizado. A retomada da progressão salarial a cada 12, 18 e 24 meses deve nortear a política remuneratória da empresa e, portanto, o desenho do novo plano de cargos.

Na reunião desta quinta (22) com os integrantes do Grupo de Trabalho que está tratando do PCAC, a FUP ressaltou que a implantação do novo plano deve obedecer o prazo previsto pelo ACT, ou seja, maio do ano que vem. Os trabalhos foram agilizados pela Petrobrás, que aceitou incluir dois representantes da Federação nos estudos de formatação do plano. O movimento sindical sempre exigiu participação no grupo de trabalho, para garantir a intervenção dos petroleiros na construção do novo plano de cargos e salários. Somente no final de agosto, a Petrobrás concordou com o pleito. A expectativa dos trabalhadores é de que as demandas da categoria sejam, finalmente, contempladas pela companhia.

Metalúrgicos do ABC paulista garantem aumento real em acordos de dois anos

Os metalúrgicos do ABC fecharam mais uma campanha reivindicatória com aumento real de salário e acordo de dois anos, que garante, além das cláusulas sociais, a reposição da inflação do próximo período e ganho real de, no mínimo, 1,99%. Os metalúrgicos dos setores de autopeças e fundição conquistaram o INPC dos últimos 12 meses e 3% de aumento real. Nas montadoras, o acordo também garantiu o INPC do período e 3,7% de ganho real. Os pisos da categoria tiveram reajustes maiores, reduzindo a diferença salarial entre os que ganham mais e menos. Houve avanços também nas cláusulas sociais. Os metalúrgicos continuam em luta para garantir o mesmo

Dieese: Negociações no 1º semestre tiveram bons resultados

As negociações salariais do primeiro semestre deste ano mantiveram o comportamento positivo registrado em 2004. De um total de 347 negociações salariais acompanhadas, 84% (290 registros) tiveram reajustes iguais ou superiores à inflação. O levantamento é do DIEESE e estabelece a comparação entre os reajustes conquistados pelos trabalhadores e o INPC, calculado pelo IBGE - indicador normalmente utilizado nas reivindicações salariais. O estudo abrangeu 61 acordos e 286 convenções coletivas de trabalho realizadas em cinco grandes regiões do país. Os trabalhadores garantiram aumento real de salário em 66% dos acordos fechados - ou seja, 228 negociações.

O comportamento apurado entre janeiro e junho deste ano supera o verificado no mesmo período nos 10 anos em que a pesquisa é realizada. Os melhores resultados ocorreram nos primeiros semestres de 2004 (75,7%), 2001 (71,4%) e 2000 (68,2%). As situações mais desfavoráveis aos trabalhadores foram verificadas entre janeiro e junho de 2003 (41,9%), 1999 (53,3%) e 2002 (54,8%).

acordo aos trabalhadores dos Grupos 9 e 10 (indústrias de máquinas, de aparelhos elétricos e eletrônicos, de refrigeração, entre outras), onde os patrões ainda resistem em aceitar as principais reivindicações, entre elas a antecipação da data-base de novembro para setembro.

PLR - Os metalúrgicos estão encerrando também a campanha da PLR 2005 nas principais montadoras, fundições e auto-peças do ABC, garantindo metas mais democráticas e valores superiores aos dos últimos anos. O sindicato espera encerrar 2005 com mais de R\$ 210 milhões distribuídos aos trabalhadores em forma de participação nos lucros.

Justiça obriga Braskem a manter contribuições para o Plano Petros

Os trabalhadores da Braskem (Grupo Odebrecht), finalmente, conseguiram barrar na justiça o plano de previdência complementar Odeprev, imposto pela empresa. A juíza da 13ª Vara Federal, Isa Tânia da Costa, em liminar deferida no último dia 15, suspendeu a migração e obrigou a Braskem a depositar em juízo as contribuições do Plano Petros e do Plano Percius, mantido pela Previnor - entidade de previdência complementar do Pólo Petroquímico de Camaçari.

A decisão da juíza é uma resposta ao mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia para garantir os direitos dos participantes dos planos Petros e Percius, que tiveram suas contribuições suspensas há três meses pela Odebrecht, de forma unilateral, na tentativa de impor o Odeprev a todos os empregados da Braskem. Da noite para o dia, os trabalhadores da antiga Copene (adquirida pela Braskem e cujas empresas eram patrocinadoras da Petros e da Previnor) amanheceram com o novo plano de previdência. A Braskem não respeitou nem mesmo a SPC, solenemente ignorada pela empresa.

FIQUE DE OLHO

Bancários rejeitam proposta da FENABAN e preparam greve

Dois meses após a apresentação da pauta de reivindicação dos bancários, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) propôs à categoria 4% de reajuste, abono de R\$ 1 mil e PLR igual a do ano passado. Além de sequer repor a inflação do período, rejeitar expressamente aumento real e desconsiderar todas as demais reivindicações dos trabalhadores, os banqueiros ainda tiveram a cara-de-pau de propor acabar com a 13ª cesta-alimentação, conquistada pela categoria na campanha passada. Os bancários rejeitaram a contraproposta absurda da Fenaban e aprovaram greve de advertência de 24 horas no próximo dia 28, um encontro nacional dia primeiro de outubro e greve por tempo indeterminado a partir do dia 06, se não houver avanço na negociação. Os bancários querem reajuste de 11,77%, PLR linear de R\$ 788 mais 5% do lucro líquido dos bancos, garantia de emprego, valorização dos pisos, entre outras reivindicações.

Correios: proposta da ECT é rejeitada e greve prossegue

Os trabalhadores dos Correios, em greve nacional há uma semana, rejeitaram a proposta da ECT de 8,5% de reposição salarial, abono de R\$ 800,00 e mais 3,61% de reajuste, em fevereiro. A proposta foi referendada em duas audiências mediadas pelo TST, mas foi rejeitada pela categoria, que reivindica reajuste de 47,17% e piso de R\$ 932,00. A maioria das assembleias aprovou a continuidade por tempo indeterminado da greve iniciada no dia 14. A paralisação atinge chegou a contar com mais de 70% de adesão dos trabalhadores. O comando de greve terá nova audiência com o TST, marcada para o final da tarde desta quinta-feira (22), onde a tendência é aceitar a proposta da ECT, já que os trabalhadores não querem levar o caso a julgamento pelo Tribunal. Até o fechamento desta edição, não havia ainda mudanças no quadro nacional.